

**EFEITOS DA COISA JULGADA E COISA JULGADA
INCONSTITUCIONAL
EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

**Faculdade Autônoma de Direito – FADISP
Programa de Mestrado em Função Social do Direito
Luiz Eduardo de Castilho Giroto**

**SÃO PAULO
2006**

Dissertação de mestrado apresentada por Luiz Eduardo de Castilho Giroto no programa de Pós-Graduação em Direito Processual Civil na FADISP - Faculdade Autônoma de Direito - São Paulo/SP, com o título de “Efeitos da coisa julgada e coisa julgada inconstitucional em matéria tributária”, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Direito Processual Civil, tendo como orientador o Dr. José Manoel de Arruda Alvim, no mês de Maio de 2007.

APROVAÇÃO

Luiz Eduardo de Castilho Giroto

“Efeitos da coisa julgada e coisa julgada inconstitucional em matéria tributária”

Mestrado em Direito Processual Civil

Título – Mestre em Direito Processual Civil

FADISP - Faculdade Autônoma de Direito - São Paulo/SP

Área de Concentração : Direito Processual Civil

Data de aprovação :

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos que, com Compreensão e Amor, me permitiram realizar este trabalho.

Aos Professores José Manoel de Arruda Alvim e Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim e a todos àqueles que contribuíram para que eu atingisse este objetivo.

RESUMO

O presente estudo visa, em breve síntese, a demonstrar a necessidade de observância do princípio da segurança jurídica e da legalidade na delimitação e aplicação da coisa julgada em matéria tributária, procurando afastar as correntes doutrinárias e jurisprudências que propugnam a “relativização” deste instituto, supedaneadas na suposta prevalência dos conceitos de justo, moral e do suposto tratamento antiisonômico atribuído em especial àqueles que possuam decisão judicial, afastando determinada exação tida, posteriormente, por constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: coisa julgada – tributário – extensão – justo – moral – segurança jurídica – legalidade – isonomia – Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

The objective of this study is to briefly demonstrate the need of compliance with the principle of legal stability (*princípio da segurança jurídica*) and the principle of strict legality in the delimitation and application of *res judicata* in tax matters, so as to remove the application of scholars and court rulings that defend the "relativization" of this concept based on an alleged predominance of the concepts of fair, moral and an alleged unequal treatment given especially to those that have a judicial ruling to avoid the collection of a certain tax which is subsequently reckoned as constitutional by the Brazilian Supreme Court.

Key-words: *res judicata* - tax law - extension - fair - moral - legal certainty - legality - equality - Brazilian Supreme Court

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	7
II – DA COISA JULGADA	9
II.1 O Conceito de Coisa Julgada	9
II.2 Coisa Julgada e Efeitos da Sentença.....	13
II.3 Limites Objetivos da Coisa Julgada.....	14
II.4 Limites Subjetivos da Coisa Julgada	18
II.5 Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada.....	20
III – DA ABRANGÊNCIA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	24
III.1 Segurança Jurídica e Matéria Tributária.....	24
III.2 Formação da Obrigação Tributária.....	25
III.3 A Regra-Matriz de Incidência Tributária: Hipótese e Conseqüência .	29
III.4 Formação da Coisa Julgada em Matéria Tributária.....	43
III.5 Coisa Julgada em Ação Declaratória.....	47
III.6 Coisa Julgada em Mandado de Segurança	49
III.7 Análise de um caso concreto	55
IV – DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	66
IV.1 Considerações Preliminares	66
IV.2 Coisa Julgada Inconstitucional.....	67
IV.3 Algumas Teorias sobre a Relativização da Coisa Julgada	69
IV. 4 Não à Relativização.....	76

V- CONCLUSÃO PARCIAL	91
V.1 Situação 1.....	91
V.2 Situação 2.....	96
VI – ART. 741, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 475-L DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	102
VI - CONCLUSÃO GERAL	111
BIBLIOGRAFIA.....	112